

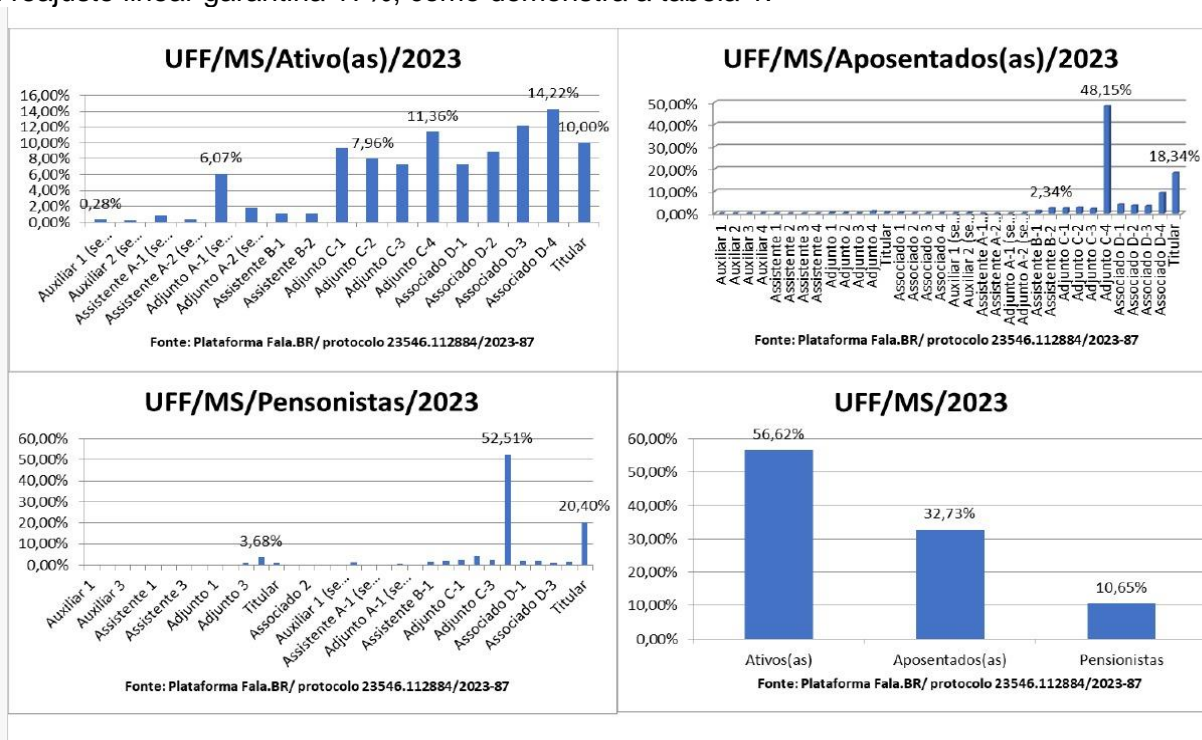
## COMUNICADO À CATEGORIA ASSEMBLEIA GERAL 23/05/2024

A proposta apresentada pelo governo na última mesa de negociação, no dia 15/05, confunde propositalmente os debates sobre reajuste e recomposição salarial com os debates sobre carreira e, desta forma, desestrutura ainda mais a nossa carreira. Embora possa parecer atrativa à primeira vista para docentes que acabaram de ingressar no magistério superior, é preciso lembrar algumas coisas:

1) O maior aumento, anunciado enganosamente pelo governo (pois considera no cálculo o reajuste emergencial de 2023), incide sobre este que é o menor contingente de docentes, tanto nacionalmente quanto localmente - cerca de 330 na UFF, como demonstram os gráficos 1 e 2;

2) A junção dos níveis iniciais faz com que os docentes cheguem ao topo, ficando lá estagnados por muito tempo sem perspectivas de melhorias na carreira. A insatisfação da categoria leva o governo a criar a nova classe de associado em 2006 e reajustes diferenciados para essa classe em 2012, achatando ainda mais os aposentados. Ou seja, a soma de junção/achatamento de níveis de carreira e ausência de uma discussão qualificada sobre reestruturação de carreira e valorização do piso salarial produz uma piora na situação da categoria a médio prazo, que atinge tanto docentes da ativa quanto aposentados.

O direcionamento do montante orçamentário anunciado pelo governo para um reajuste linear para todos os níveis garantiria percentuais maiores de reajuste para todas as categorias em 2026, com exceção de uma diferença ínfima para Associado IV e Titular. Embora os níveis iniciais aparentem ter um reajuste considerável pela apresentação da peça de propaganda do governo, vale lembrar que o governo sequer detalhou como se daria essa reestruturação - não sabemos se uma nova classe será criada na base da carreira ou se apenas o valor nominal será repetido nos níveis iniciais -, e em 2026, os docentes que hoje se encontram nos primeiros níveis da carreira já terão progredido para outra classe. Sendo assim, um docente que esteja na iminência de obter aceleração da progressão, indo para Adjunto I/ DIII, teria um percentual de 13,3% em 2026, ao passo que um reajuste linear garantiria 17%, como demonstra a tabela 1.



**GRÁFICO 1**

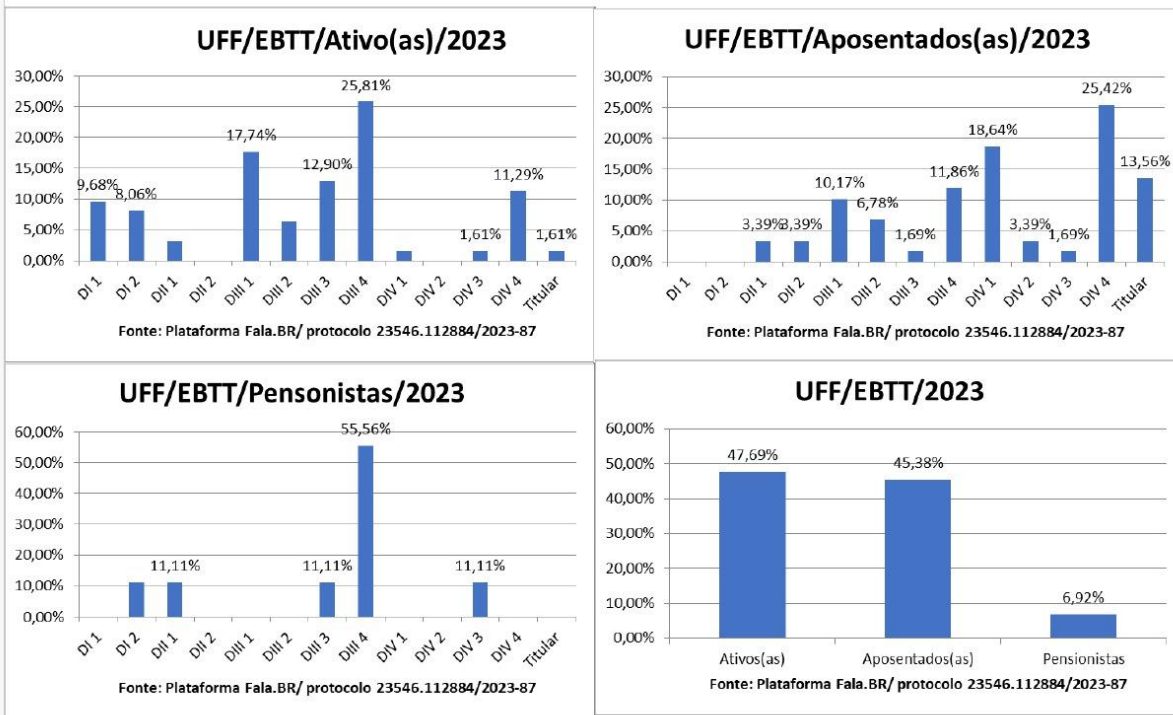


GRÁFICO 2

MS / EBTT	Níveis	Salário atual 2024	Proposta do Governo	Percentual proposta governo 2026	Contraproposta 0 (3.69%/2024-9%/2025-3.5%/2026)	Percentual Contraproposta 0
Titular / E	1	R\$ 22,377.70	R\$ 26,316.18	17.6%	R\$ 26,177.0	17.0%
Associado / DIV	4	R\$ 20,343.37	R\$ 23,923.80	17.6%	R\$ 23,797.2	17.0%
	3	R\$ 19,560.93	R\$ 22,808.04	16.6%	R\$ 22,882.0	17.0%
	2	R\$ 18,808.59	R\$ 21,705.11	15.4%	R\$ 22,001.9	17.0%
	1	R\$ 18,085.18	R\$ 20,671.36	14.3%	R\$ 21,155.7	17.0%
Adjunto / DIII	4	R\$ 14,468.14	R\$ 16,884.32	16.7%	R\$ 16,924.5	17.0%
	3	R\$ 13,911.68	R\$ 16,067.99	15.5%	R\$ 16,273.6	17.0%
	2	R\$ 13,376.61	R\$ 15,302.84	14.4%	R\$ 15,647.7	17.0%
	1	R\$ 12,862.13	R\$ 14,572.79	13.3%	R\$ 15,045.8	17.0%
Assistente / DII	2	R\$ 12,191.59	R\$ 13,752.11	12.8%	R\$ 14,261.5	17.0%
	1	R\$ 11,611.04	R\$ 13,759.08	18.5%	R\$ 13,582.3	17.0%
Auxiliar / DI	2	R\$ 11,005.72	R\$ 13,757.15	25.0%	R\$ 12,874.3	17.0%
	1	R\$ 10,481.64	R\$ 13,751.91	31.2%	R\$ 12,261.2	17.0%

TABELA 1

Sendo assim, indicamos 1) rejeição integral da proposta do governo; 2) repudiar o ultimato do governo, que coloca o dia 27/05 como solenidade de assinatura da proposta, recusando-se a estender as negociações; 3) transformar a mesa provisória em permanente para discutir carreira; 4) transformar o montante orçamentário que o governo apresenta para a proposta atual em reajuste linear para todos os níveis da atual carreira, o que garantiria reajuste de 17% para todos os níveis até 2026, incluindo para 2024 o IPCA 3,69% no reajuste salarial; 5) exigir a criação de mesa permanente com a presença do MEC para discutir o orçamento das IFES, com termo de compromisso assinado pelo governo garantindo a recomposição orçamentária ainda em 2024; 6) seguir pautando o revogação: revogação imediata da IN 66, ponto eletrônico para EBTT (portaria 983), lista tríplice e interventores; 7) atender à recomendação do CNG e entrar na justiça para impedir que o Proifes assine a proposta baseado na vontade de seu conselho deliberativo, passando por cima da base da categoria.

**Seguimos em greve, na luta em defesa da universidade pública!  
Comando Local de Greve da ADUFF**